

Prevenção do uso indiscriminado de psicotrópicos entre a população jovem em uma Unidade Básica de Saúde do Piauí

Prevention of the indiscriminate use of psychotropic drugs among the young population in a Basic Health Unit of Piauí

Tamyres Campelo de Carvalho¹

Isabel Cristina de Paula Oliveira²

1-Autor-correspondente: Médico. Pós-graduanda em Saúde da Família pela UFPI. Trabalha como médica em uma Unidade Básica de Saúde do município de Miguel Alves-PI. E-mail: tamy_campelo@hotmail.com

Orientadora. Odontóloga. Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Graduada pela Universidade São Francisco - USF

RESUMO

O aumento das prescrições de psicofármacos é importante alerta para a necessidade do diagnóstico coerente, bem como a escolha do tratamento adequado para cada situação. Recomenda-se que essas drogas sejam prescritas unicamente por profissionais médicos, pois o consumo abusivo dos psicotrópicos pode gerar sérias consequências à saúde dos usuários, ou ainda gerar interações medicamentosas, podendo até levar à dependência. O uso de psicotrópicos de forma indiscriminada é uma realidade diária nos atendimentos de jovens Unidade Básica de Saúde Chico Evas da cidade de Miguel Alves-PI, pois mensalmente são atendidos mais de 30 pacientes, em especial de benzodiazepínicos e antidepressivos. Desta maneira, considera-se essa situação importante para o desenvolvimento de uma intervenção para impedir o uso indiscriminado de psicotrópicos na população jovem. No intuito de alcançar esse objetivo será realizado uma capacitação com a equipe multiprofissional para identificar entre os jovens o uso indiscriminado de psicotrópicos, reduzir a quantidade de jovens em uso irregular ou desnecessário de psicotrópicos e melhorar a qualidade da assistência oferecida.

DESCRITORES: Psicotrópico. Promoção da Saúde. Atenção Primária a Saúde.

ABSTRACT

The increase in prescriptions for psychiatric drugs is an important alert to the need for a coherent diagnosis, as well as the choice of the appropriate treatment for each situation. It is recommended that these drugs be prescribed only by medical professionals, as the abusive consumption of psychotropics can have serious consequences for the health of users, or even generate drug interactions, which can even lead to dependence. The use of psychotropics indiscriminately is a daily reality in the care of young people in the Basic Health Unit Chico Evas in the city of Miguel Alves-PI, since more than 30 patients are cared for, especially benzodiazepines and antidepressants. Thus, this situation is considered important for the development of an intervention to prevent the indiscriminate use of psychotropic drugs in the young population. In order to achieve this objective, training will be carried out with the multiprofessional team to identify the indiscriminate use of psychotropic drugs among young people, reduce the number of young people using irregular or unnecessary psychotropic drugs and improve the quality of care offered.

DESCRIPTORS: Psychotropic. Health Promotion. Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

O município de Miguel Alves-PI possui 33.760 habitantes, em 11 de Julho de 1911, elevou-se à Vila e, em 24 de Maio de 1912, foi instalado o município de Miguel Alves. O nome do Município é homenagem a seu fundador, Miguel Alves. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o salário médio mensal era de 2.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 3.9%. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 21.40 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 9.6 para cada 1.000 habitantes (IBGE, 2017).

Sua rede de saúde conta com 14 Unidades Básicas de Saúde (UBS), um centro de Atenção Psicossocial (CAPS-I), um Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), um Centro de Referência Assistência Social (CRAS), um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A intervenção será realizada na UBS Chico Evas, localizada na zona rural do referido município, a 30 km da cidade, possui uma equipe de saúde da família, constituída por: uma médica; uma enfermeira; uma dentista; uma técnica de enfermagem; um recepcionista; uma auxiliar de serviços gerais; uma auxiliar de saúde bucal; um motorista, um agente de portaria e cinco Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Sua estrutura física seguiu as recomendações do Ministério da Saúde (MS) e possui três consultórios (um médico, um de enfermagem e um de odontologia), uma sala de procedimentos, um almoxarifado, uma sala de vacina, uma recepção, uma cozinha, uma sala de reuniões, uma farmácia, porém com pouca medicação disponível e três banheiros.

A equipe da UBS é responsável por 700 famílias e 4.000 pessoas, em que grande parte da população é de extrema pobreza, muitos residem em casa de taipa ou barro, com condições socioeconômicas desfavorável e com baixa escolaridade. A maioria reside em casas de tijolos, com saneamento básica, água encanada e energia elétrica. Essa população sobrevive do que planta, possui pouquíssimo para sobreviver, sem água encanada e muitos não possuem energia elétrica.

Como rotina de atendimentos médicos foi possível evidenciar uma grande quantidade de pacientes jovens marcando consulta na intenção de conseguir receitas controladas, em especial de benzodiazepínicos e antidepressivos. Mensalmente são mais de 30 atendimentos nesse seguimento. Desta maneira, considera-se essa situação importante para o desenvolvimento de uma intervenção para impedir o uso indiscriminado de psicotrópicos na população jovem.

O uso abusivo de psicofármacos tem sido cada vez mais uma preocupação em saúde pública, principalmente quando se trata do uso por população jovem, possivelmente por causa das novas cobranças do mundo atual onde eles representam um papel importante nesse processo formação.

A utilização e prescrição de psicofármacos vêm aumentando nas últimas décadas, não só em quantidade, mas também em duração do uso, às vezes maiores do que os preconizados na literatura especializada. Este aumento na utilização é atribuído à fatores como a introdução de novos medicamentos no mercado, à novas indicações de fármacos já existentes, bem como à alta prevalência de diagnósticos de transtornos mentais na população (ALFENA, 2015).

Levando em consideração o aumento das prescrições de psicofármacos é importante alerta para a necessidade do diagnóstico coerente, bem como a escolha do tratamento adequado para cada situação. Desta maneira, recomenda-se que essas drogas devam ser prescritas unicamente por profissionais médicos (BRASIL, 2018).

Sendo assim, o consumo abusivo dos psicotrópicos pode gerar sérias consequências à saúde dos usuários, ou ainda gerar interações medicamentosas, podendo até levar à dependência. A decisão de utilizar ou não um psicofármaco depende antes de tudo do diagnóstico que o usuário apresenta, incluindo eventuais morbidades. Para muitos transtornos os medicamentos são o tratamento preferencial, como na esquizofrenia, no transtorno bipolar, nas depressões graves ou no controle de ataques de pânico (PRADO; FRANCISCO; BARROS, 2017).

Dentre os psicotrópicos, os antidepressivos e os ansiolíticos fazem parte das classes mais utilizadas. Os antidepressivos são drogas que melhoram o humor e conforto emocional e o desempenho de maneira geral. Acredita-se que o efeito antidepressivo se dê às custas de um aumento da disponibilidade de neurotransmissores no sistema nervoso central (SNC), notadamente da *serotonina*, da *noradrenalina* e da *dopamina*, juntamente com a diminuição no número dos neuroreceptores e aumento de sua sensibilidade (SADOCK; SADOCK; SUSSMAN, 2016).

O uso racional ocorre quando o paciente recebe o medicamento apropriado à sua necessidade clínica, na dose e posologia corretas, por um período de tempo adequado e ao menor custo para si e para a comunidade. No Brasil, desde o surgimento destas drogas seu uso tem aumentado consideravelmente. Observa-se uma grande demanda de pacientes usuários crônicos de psicotrópicos na rotina da Unidade Básica de Saúde, motivo de preocupação e mobilização da equipe para a elaboração de uma proposta de modificação desta realidade. Para tanto, necessário se faz conhecer em que contexto que esta comunidade está inserida (BEZERRA et al., 2016).

O uso racional de medicamentos está entre os objetivos e diretrizes da Política Nacional de Medicamentos e da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Essa temática vem ganhando expressão ao longo dos últimos anos tanto na agenda nacional, quanto na internacional. Nesse sentido, se reforça a importância da oferta de informação sobre medicamentos que seja independente, sem conflitos de interesse e pautada na imparcialidade como subsídio para a promoção do uso racional de medicamentos em todas as esferas do governo e da sociedade civil (BRASIL, 2018).

É importante salientar que a ausência de informação dos usuários a respeito dos efeitos adversos ocasionados pelo medicamento facilita a cronificação do uso, pois o indivíduo fica inconsciente dos riscos que se submete. A baixa percepção dos riscos, por parte da população, pode ser justificada na pobreza de debate social sobre o tema nos meios de comunicação, que apontam apenas as drogas ilícitas como problema populacional (BEZERRA et al., 2016).

Dentro desta perspectiva a Atenção Básica deve atuar com o papel catalisador no empoderamento dos usuários de medicamentos psicotrópicos e de seus familiares, no tocante aos riscos e benefícios do uso destes medicamentos (BORGES et al., 2015).

Portanto, o objetivo geral é diminuir o uso indiscriminado de psicotrópicos entre a população jovem da Unidade Básica de Saúde Chico Evas da cidade de Miguel Alves-PI. Os objetivos específicos são: capacitar a equipe multiprofissional para identificar entre os jovens o uso indiscriminado de

psicotrópicos, reduzir a quantidade de jovens em uso irregular ou desnecessário de psicotrópicos e melhorar a qualidade da assistência oferecida.

PLANO OPERATIVO

Informa-se que, a pesquisadora trabalha como médica do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde – MS, e observou em sua rotina de atendimentos médicos para a renovação de receitas controladas, em especial de benzodiazepínicos e antidepressivos, chegando há mais de 30 atendimentos. Esta situação problema, além de prejudicar o bom andamento dos serviços prestados à comunidade, causa ainda, um problema de saúde pública, levando a profissional nesse à pretensão deste projeto de intervenção a elaborar estratégias, por meio de ações de educação em saúde, para impedir o uso indiscriminado de psicotrópicos na população jovem.

Desta maneira, inicialmente a médica realizará uma capacitação com a equipe, no dia de sexta-feira, pois não ocorre consultas. Essa capacitação será realizada em dois encontros, com duração de 3h cada um. Será utilizado como material o manual do Ministério da Saúde sobre a assistência em saúde mental. No segundo dia de capacitação será agendado uma reunião com a equipe multiprofissional da UBS e do NASF para explicar sobre os objetivos e metas desta intervenção, bem como convidá-los a participar. As tarefas de cada profissional serão organizadas da seguinte forma: 1- Enfermeira: realizará a identificação dos jovens em uso de psicotrópicos; realizará uma ação educativa; realizará o monitoramento e avaliação da intervenção; repassará o nome desses pacientes aos ACS para eles realizarem busca ativa; 2-Médica: realizará consulta para avaliar a real necessidade da utilização dos psicotrópicos, os pacientes que forem identificados como sem necessidade de utilizar serão inseridos no acompanhamento para o desmame medicamentoso. Esse acompanhamento do desmame será realizado pela médica em consultas semanais e quinzenais; realizará encaminhamento destes pacientes para o acompanhamento psicoterapêutico e também fará uma ação educativa; 3- ACS: realizará busca ativa dos casos de jovens em uso de psicotrópicos e agendará consulta médica; 4-Psicóloga do NASF: Organizará uma ação educativa e acompanhamento psicoterapêutico dos casos indicados.

No intuito de reduzir a quantidade de jovens fazendo uso irregular ou desnecessário de psicotrópicos, durante as consultas médicas os pacientes serão avaliados a respeito da necessidade ou não do uso de psicotrópicos. Aqueles que forem identificados como desnecessários serão encaminhados para o acompanhamento psicoterapêutico com a psicóloga do NASF e serão estimulados a realizar o desmame medicamentoso.

No intuito de padronizar assistência voltada a esses jovens, será tido como padrão nas consultas médicas e de enfermagem a identificação dos casos de uso irregular ou desnecessário de psicotrópicos. Aqueles que forem identificados como desnecessários serão encaminhados para o acompanhamento psicoterapêutico com a psicóloga do NASF e serão estimulados a realizar o desmame medicamentosos.

Nesse seguimento também serão realizadas ações de educação em saúde na comunidade, de modo a conscientizar a população jovem, sobre o uso indiscriminado de psicotrópicos de forma regular

na UBS. Serão realizadas três ações educativas, sendo que a primeira será desenvolvida pela médica com a temática sobre os efeitos adversos dos psicotrópicos; desvantagens do uso indiscriminado; a segunda ação educativa será realizada pela enfermeira com a temática a respeito dos cuidados com a saúde mental, das vantagens do desmame medicamentoso para os pacientes que não tem necessidade de utilizar o psicotrópico; a psicóloga fará uma roda de conversa a respeito que como prevenir os adoecimentos mentais e as estratégias de cuidado.

SITUAÇÃO PROBLEMA	OBJETIVOS	METAS/ PRAZOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	RESP.
O uso indiscriminado de psicotrópicos na população jovem.	Capacitar a equipe multiprofissional para identificar entre os jovens o uso indiscriminado de psicotrópicos.	CURTO PRAZO Capacitar 100% da equipe multiprofissional para identificar entre os jovens o uso indiscriminado de psicotrópicos/duas semanas	A médica realizará uma capacitação com a equipe, no dia de sexta-feira, pois não ocorre consultas.	Médica
	Reduzir a quantidade de jovens em uso irregular ou desnecessário de psicotrópicos.	MÉDIO/LONGO PRAZO 6 MESES Reduzir em 80% o uso irregular ou desnecessário de psicotrópicos/	Durante as consultas médicas os pacientes serão avaliados a respeito da necessidade ou não do uso de psicotrópicos. Também serão realizadas ações de educação em saúde.	Todos os profissionais da UBS Psicóloga do NASF
	Melhorar a qualidade da assistência oferecida.	MÉDIO PRAZO 3 MESES Melhorar em 90% a qualidade da assistência oferecida aos pacientes jovens em uso de psicotrópicos.	Padronizar as consultas médicas e de enfermagem para a identificação dos casos de uso irregular ou desnecessário de psicotrópicos.	1-Médica 2-Enfermeira 3-Psicóloga do NASF

REVISÃO DE LITERATURA

Características gerais dos psicotrópicos

Medicamentos psicotrópicos são substâncias que atuam diretamente no sistema nervoso central (SNC), modificando sua atividade, sendo estas estimulantes, depressoras ou perturbadoras, que provocam mudanças comportamentais. Esses medicamentos foram desenvolvidos para estabilizar o SNC em casos de desequilíbrio. Os mesmos estão classificados como: ansiolíticos, hipnóticos, antipsicóticos, antidepressivos, antiepilépticos, estimulantes psicomotores, drogas alucinógenas (BORGES et al., 2015).

Os efeitos adversos dessas drogas são inúmeros, mesmo o uso sendo de forma correta e acompanhada adequadamente. Já os seus efeitos, a longo prazo e com o uso excessivo, são, na

maioria dos casos, irreversíveis, prejudicando ainda mais a saúde do usuário, porém os mesmos, muitas vezes, não tem conhecimento de tal agravo, portanto fazem e exigem o uso contínuo alegando não conseguirem ficar sem os mesmos (HYMAN, 2016).

O uso dessas drogas já não cumprem a verdadeira função que deveriam, seu uso é feito, muitas vezes, de forma iatrogênica, pois são usadas para camuflar e fugir da realidade dos sentimentos, dos sofrimentos naturais do ser humano, das mudanças que o corpo e a psique sofrem com o tempo (BEZERRA et al., 2016).

Como é o caso do uso de psicotrópicos em idosos, pois são administradas a esses pacientes por seus familiares com o intuito de amenizar e/ou evitar os transtornos normais e deteriora a saúde mental decorrente das mudanças que, normalmente, sofre o corpo, em específico do SNC desses paciente, que em sua grande maioria o uso é indiscriminado e é feito com doses não adequadas, para transtornos que, geralmente, não necessitam medicações e sem analisar e avaliar efeito indesejáveis e agravos que podem acometer o usuário ao fazer uso excessivo dessas drogas.

Outra classe de paciente que fazem uso excessivo são os jovens por buscarem bem estar emocional, prazer e alegria, alívio da dor e sofrimento que são etapas e fases normais do percurso da vida e acabam abrandando a dor de forma imediata, o que leva ao uso abusivo pelo bem estar que produz (LOPES; YAPHE; RIBAS, 2014).

É importante lembrar que nos últimos anos os casos e número de usuários de psicotrópicos vem aumentando gradativamente, por isso se faz necessário estudos para buscar maneiras e medidas a serem tomadas para diminuir e amenizar essa problemática (GRASSI; CASTRO, 2016).

Há registros de crescimento da utilização desses medicamentos, nas últimas décadas, em vários países ocidentais e mesmo em alguns países orientais, causando impacto na sociedade, com significativa relevância sociológica, econômica e sanitária, tendo se tornado uma importante questão de saúde pública. Isso tem sido atribuído ao aumento da frequência de diagnósticos de transtornos psiquiátricos na população, à introdução de novos psicofármacos no mercado farmacêutico e às novas indicações terapêuticas de psicofármacos já existentes (LOPES; YAPHE; RIBAS, 2014).

O uso dos medicamentos psicotrópicos, nos dias de hoje, estão cada vez mais preocupantes. Um estudo feito no município de Alto Araguaia – MT mostram que os medicamentos mais usados são diazepam, amitriptilina, carbamazepina, fenobarbital e que o gênero feminino é o mais vulnerável (GRASSI; CASTRO, 2016).

Educação em saúde na atenção básica como ferramenta o controle do uso incriminado os psicotrópicos

A saúde mental na Atenção Primária envolve mais do que o cuidado aos transtornos mentais. Envolve a construção de modelos de cuidado integrais, que abordem o usuário, sua família e comunidade como um todo, e de vínculos entre profissionais e usuários que sejam realmente uma parceria, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de autonomia, resiliência, autoestima, autocuidado e cidadania (WANDERLEY; CAVALCANTI; SANTOS, 2013).

Envolve também, o apoio e o cuidado ao sofrimento emocional da população, seja qual for a sua intensidade e a prioridade clínica no momento, dentro dos contextos de vida de cada um. Apesar de sua importância, a realização de práticas em saúde mental na Atenção Primária suscita muitas dúvidas, curiosidades e receios nos profissionais de saúde (ALONSO, 2015).

As equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), que desenvolvem suas atividades na Atenção Primária em Saúde (APS), atuam como um recurso estratégico para o enfrentamento de importantes problemas de saúde pública, como: agravos vinculados ao uso abusivo de álcool ou outras drogas, problemas vinculados à violência, estratégias de redução de danos, casos de transtornos mentais severos e persistentes e diversas outras formas de sofrimento psíquico. Assim, atualmente tem a função de evitar práticas que levem a psiquiatrização, uso irracional e medicalização de situações individuais e sociais, comuns na vida cotidiana (BEZERRA et al., 2016).

Em 2010, o Ministério da Saúde divulgou que no Brasil, no mínimo 23 milhões de pessoas (12% da população) usam ou usarão, pelo menos uma vez, os serviços de saúde mental. Neste contexto, observa-se a ampliação das indicações terapêuticas, decorrente tanto da medicalização da sociedade, influenciada pela indústria e por algumas sociedades médicas, quanto do surgimento de novos fármacos, e conseqüentemente, o crescimento da utilização de medicamentos psicotrópicos (LOYOLA FILHO et al., 2014).

É importante ressaltar que as equipes de atenção primária, responsáveis por famílias e comunidades, se defrontam cotidianamente com problemas de saúde mental, isso lhes confere possibilidades únicas de desenvolvimento de ações e grande resolubilidade, e é urgente que se desenvolvam novas tecnologias de cuidado para este nível de assistência (GUERRA et al., 2013).

No entanto, o que se percebe é que na maioria das vezes a equipe de atenção primária não se sente preparada para atender esses casos. A falta de capacitação das equipes para lidar com problemas de saúde mental impossibilita a realização de intervenções eficazes e faz com que a demanda que chegue aos serviços não encontre uma escuta qualificada (GRASSI; CASTRO, 2016).

A assistência em saúde mental no Brasil, na perspectiva da atenção primária à saúde, necessita de um aperfeiçoamento das práticas de saúde no que diz respeito ao fenômeno da prescrição e conseqüente uso indiscriminado de medicações psicotrópicas. O real seguimento de normas de prescrição, a medicalização racional, o acompanhamento e compartilhamento de casos de saúde mental na atenção primária são estratégias que precisam ser revistas (BEZERRA et al., 2016).

A inserção das ações de saúde mental na ESF constitui tática adotada pelo Ministério da Saúde, com ênfase no território, na desinstitucionalização da psiquiatria e no atendimento humanizado. Por isso, a maior parte dos usuários são tratados na APS, sendo que os centros de atenção psicossocial (CAPS) se articulam em rede para apoiar as equipes da ESF para prestar cuidados aos portadores de transtornos mentais e suas famílias em certo território (GUERRA et al., 2013).

Assim como os CAPS, os núcleos de apoio à saúde da família (NASF) também têm dado suporte ao atendimento em saúde mental, inserindo psicólogos, psiquiatras e terapeutas ocupacionais. Dentre suas atribuições, pode-se citar: acolher os usuários e desenvolver coletivamente, com vistas à intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais (VIDAL et al., 2013).

Mostra-se relevante a prevalência mundial e nacional de transtornos mentais diagnosticados na APS, chegando a 1/3 da demanda, taxa esta que alcança e até ultrapassa os 50% quando se inclui o sofrimento difuso com sintomas psiquiátricos subsindrômicos. Os transtornos mentais são frequentes na população e mais prevalentes no sexo feminino, entre indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, tabagistas e mulheres vítimas de violência (WANDERLEY; CAVALCANTI; SANTOS, 2013).

Ressalta-se também que os transtornos mentais acabam sendo tratados de uma forma medicalizada, sendo observadas algumas causas para esta medicalização excessiva: fatores relacionados com o médico, por não revisar as causas de diagnóstico e medicamentos prescritos inicialmente ou por outros especialistas ou pouca informação sobre o manejo de psicofármacos; fator social ou estrutural do sistema de saúde; falta de tempo na consulta médica ou inexistência de terapias psicológicas alternativas e/ou complementares ao uso de psicofármacos (LOPES; YAPHE; RIBAS, 2014).

As estratégias para promover o uso racional de medicamentos estão diretamente relacionadas ao público – alvo, a quem se quer sensibilizar seja para profissionais de saúde seja para uma comunidade leiga. Para isso, a primeira medida é identificar as razões pelas quais as práticas inapropriadas estão ocorrendo para melhor selecionar e direcionar a intervenção (PRADO; FRANCISCO; BARROS, 2017).

É necessário também que a equipe multidisciplinar tenha consciência de que é importante o vínculo com a comunidade, que eles tenham compromisso no ato de cuidar e identificar o uso irracional de psicotrópicos, promovendo ações de educação em saúde, no intuito de gerar autonomia e coresponsabilização para esses pacientes (AMARANTE, 2017).

Um aspecto importante para as ações de educação em saúde é desenvolver estratégias de prevenção do uso de psicofármacos, sendo estabelecidas de forma rotineira da APS, incluindo a equipe multiprofissional e a comunidade, tendo em consideração as diretrizes que atendam a dimensão subjetiva dos usuários e dos problemas de saúde mental (ROCHA; WERLANG, 2013).

Ressalta-se também que a educação em saúde é um dos principais dispositivos para viabilizar a promoção da saúde na APS no Brasil, a qual deve reconhecer que a saúde tem um caráter multidimensional e de que o usuário é um sujeito da educação em busca de autonomia são condições essenciais à prática neste âmbito da atenção (SILVA; FERNANDES; TERRA JÚNIOR, 2018).

As ações educativas realizadas pelas ESF não devem ser pautadas no modelo tradicional de imposição de conhecimentos, muito menos desenvolvidas por intervenções verticalizadas e pouco preocupadas com o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos (ROCHA; WERLANG, 2013).

A troca de conhecimentos favorecida nas ações de educação em saúde permite a melhor compreensão das informações e conhecimento repassados, além do reconhecimento da cultura e particularidades dos indivíduos presentes na comunidade. A educação em saúde, em especial na ESF, deve ser uma atividade de grande relevância, tanto para os profissionais, quanto para a comunidade, pois os objetivos da ESF só serão alcançados mediante práticas educativas que visem à promoção da saúde dos indivíduos (SILVA; FERANDES; TERRA JÚNIOR, 2018).

Sendo assim, a educação em saúde deve ser utilizada como uma ferramenta e instrumento de grande valia para promoção em prevenção em todos os níveis de atenção, mas, principalmente, é na

ESF que se busca fortalecimento e embasamento de ações para melhoria da qualidade de vida da população assistida (AMARANTE, 2017).

Portanto, dedicar um espaço da educação em saúde para trabalhar questões relacionadas ao uso indiscriminado de psicotrópico poderá resultar no desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e comportamentos favoráveis ao cuidado de saúde, mediante o processo dependência dessas medicações, alcançando com isso um maior controle sobre suas condições de vida, individual e coletivamente (GUERRA et al., 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que as dificuldades não serão poucas, pois, trabalhar buscando conscientizar uma população, não será uma tarefa fácil. Mas, tem-se a certeza que os profissionais da UBS não diminuirão esforços para cumprir o planejamento contido no plano operativo desta intervenção.

Sendo assim, pretende-se diminuir o uso indiscriminado de psicotrópicos entre a população jovem da Unidade Básica de Saúde Chico Evas da cidade de Miguel Alves-PI, pois ações de educação em saúde realizadas e o engajamento de uma equipe multiprofissional capacitada constitui-se em uma ferramenta importante de mudança.

REFERÊNCIAS

- ALFENA, M. D. **Uso de psicotrópicos na Atenção Primária**. Rio de Janeiro; Dissertação-Mestrado Profissional em Atenção Primária à Saúde com Ênfase na Estratégia de Saúde da Família – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. 161f. 2015.
- ALONSO, T. C. F. **Avaliação do uso de medicamentos psicotrópicos pelos pacientes de uma Unidade Básica de Saúde de um município de pequeno porte do Estado de São Paulo**. 2015. 58 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2015.
- AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 10. ed. Editora Fiocruz. 2017.
- BORGES, T. L.; MIASSO, A. I.; VEDANA, K. G. G.; TELLES FILHO, P. C.; HEGADOREN, K. M. Prevalência do uso de psicotrópicos e fatores associados na atenção primária à saúde. **Acta Paul Enferm**, São Paulo, n. 28, v. 4, p. 344-9, 2015.
- BEZERRA, I. C.; MORAIS, J. B.; PAULA, M. L.; SILVA, T. M^a R; JORGE, M^a S. B. Uso de psicofármacos na atenção psicossocial: uma análise à luz da gestão do cuidado. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, p. 148-61, jul-set. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Uso de Medicamentos e Medicalização da Vida: recomendações e estratégias**. Brasília: Ministério da Saúde. 2018.
- GRASSI, L. T. V.; CASTRO, J. E. D. S. **Estudo do Consumo de Medicamentos Psicotrópicos no Município de Alto Araguaia – MT**. 2016.
- GUERRA, C. C. M.; HERCULANO, M^a. M.; FERREIRA FILHA, M^a. O.; DJAIR DIAS, M^a. D.; CORDEIRO, R. C.; ARAÚJO, V. S. Perfil epidemiológico e prevalência do uso de psicofármacos em uma unidade referência para saúde mental. **Rev Enferm UFPE On Line**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 6, p. 444-51, set. 2013.
- HYMAN, S. E. **Efeitos Colaterais Tóxicos dos Medicamentos Psicotrópicos e seu Manejo**. 2016.
- LOPES, R.; YAPHE, J.; RIBAS, M. J. Prescrição de psicofármacos nos cuidados de saúde primários no Porto: estudo transversal. **Rev. Port. Med Geral Fam**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 6, p. 36-76, dez. 2014.
- LOYOLA FILHO, A. I.; COSTA, E. C.; FIRMO, J. O. A.; PEIXOTO, S. V. Tendências no uso de antidepressivos entre idosos mais velhos: Projeto Bambuí. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 48, n. 6, p. 57-65, dez. 2014.
- PRADO, M^a. A. M. B.; FRANCISCO, P. M^a. S.; BARROS, M. B. A. Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base populacional. **Epidemiol. Serv. Saúde vol**. Brasília, v. 26, n. 4, p., out-dez. 2017.
- ROCHA, B. S.; WERLANG, M^a. C. Psicofármacos na Estratégia Saúde da Família: perfil de utilização, acesso e estratégias para a promoção do uso racional. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, p. 3291-300, Nov. 2013.
- SADOCK, B.J.; SADOCK, V.A.; SUSSMAN, N. **Manual de Farmacologia Psiquiátrica de Kaplan & Sadock**, 7a Edição, 2016.
- SILVA, E. D.; FERNANDES, D. R.; TERRA JÚNIOR, A. T. Uma abordagem ao uso indiscriminado de medicamentos benzodiazepínicos. **Rev. Cient. FAEMA**, Ariquemes, v. 9, n. ed esp, p. 610-14, maio-jun. 2018.
- VIDAL, C. E. L.; YAÑEZ, B. F. P.; CHAVES, C. V. S.; YAÑEZ, C. F. P.; MICHALAROS, I. A.; ALMEIDA, L. A. S. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos em mulheres. **Cad Saúde Colet**. São Paulo, v. 21, n. 4, p. 457-64, jan. 2013.

WANDERLEY, T. C.; CAVALCANTI, A. L.; SANTOS, S. Práticas de saúde na atenção primária e uso de psicotrópicos: uma revisão sistemática da literatura. **Rev Ciênc Méd Biol**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p 121-26, set. 2013.